



Ministério da Educação

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

PROCESSO Nº 23000.001902/2020-11

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Estudo Técnico tem por objetivo demonstrar a análise e a viabilidade técnica e econômica para contratação de Serviços de acesso a sinais de TV por assinatura: pacote básico com sinal digital, fornecimento de equipamento em comodato, com instalação, suporte e assistência técnica, para atender as necessidades do Ministério da Educação em Brasília - DF.

2. DIRETRIZES GERAIS

2.1. Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados de acordo com a sua natureza:

2.1.1. [Lei nº 8.666/1993](#), de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

2.1.2. [Lei nº 10.520/2002](#), de 17 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

2.1.3. [Lei nº 12.187/2009](#), de 29 de dezembro de 2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.

2.1.4. [Lei nº 12.305/2010](#), de 02 de agosto de 2010; - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

2.1.5. [Lei Federal nº 12.846/2013](#), de 1º de agosto de 2013; - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

2.1.6. [Lei Complementar nº 123/2006](#), de 14 de dezembro de 2006, alterada pela [Lei Complementar nº 147](#), de 7 de agosto de 2014; - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

2.1.7. [Lei nº 8.078/1990](#), de 11 de setembro de 1990; - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

2.1.8. [Decreto nº 3.555/2000](#), de 8 de agosto de 2000 - Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

- 2.1.9. [Decreto nº 10.024/2019](#), de 20 de setembro de 2019, regulamenta a licitação, na modalidade, pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da Administração Pública Federal.
- 2.1.10. [Decreto nº 7.746/2012](#), de 5 de julho de 2012; - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.
- 2.1.11. [Decreto nº 8.538/2015](#), de 6 de outubro de 2015; - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Federal.
- 2.1.12. [Decreto Nº 7.203/2010](#), de 4 de junho de 2010; - Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.
- 2.1.13. [Decreto n.º 3.722/2001](#), de 09 de janeiro de 2001; - Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- 2.1.14. [Decreto n.º 4.485/2002](#), de 25 de novembro de 2002; - Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- 2.1.15. [Decreto n.º 4.358/2002](#), de 05 de setembro de 2002; - Regulamenta a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que acrescentou os incisos V ao art. 27 e XVIII ao art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição.
- 2.1.16. [Decreto nº. 9.507/2018](#), de 21 de setembro de 2018; - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- 2.1.17. [Instrução Normativa nº 5/2017 SEGES/MPDG](#), de 26 de maio de 2017; - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
- 2.1.18. [Instrução Normativa SLTI nº 05, de 27 de junho de 2014](#); - Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral e suas alterações.
- 2.1.19. [Instrução Normativa SEGES/MPDG Nº 01/2010](#), de 19 de janeiro de 2010; - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- 2.1.20. [Instrução Normativa no 02/2010](#), de 11 de outubro de 2010; - Estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG.
- 2.1.21. [Portaria MEC/SE nº 120 do Ministério da Educação, de 09 de março de 2016](#), publicada no DOU, em 10 de março de 2016; - Institui o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR das infrações praticadas pelos fornecedores do Ministério da Educação e regulamenta as competências administrativas para aplicação das sanções administrativas cabíveis.
- 2.1.22. [Portaria nº 1.478/2014](#), de 1º de dezembro de 2014, - Define todos os serviços considerados de natureza contínua cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, no âmbito deste Ministério.
- 2.1.23. Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997: dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

2.1.24. Resoluções ANATEL nº 488, de 03 de dezembro de 2007; nº 411, de 14 de julho de 2005 e nº 190, de 29 de novembro de 1999; e alterações posteriores;

2.2. **Análise da contratação anterior.**

2.2.1. A prestação de Serviços de acesso a sinais de TV por assinatura: incluindo pacote básico com sinal digital, fornecimento de equipamento em comodato, com instalação, suporte e assistência técnica, atendeu as necessidades do Ministério da Educação em Brasília - DF, de forma satisfatória, entretanto, o contrato fora cancelado por motivos de pendências no SICAF na Contratada.

3. **DIRETRIZES ESPECÍFICAS**

3.1. **Necessidade da Contratação.**

3.1.1. Garantir ao MEC disponibilidade e o acesso às informações divulgadas na imprensa televisiva de canal fechado e aberto, com conteúdos de interesse nacional e internacional, os quais devem ser constantemente acompanhados e divulgados de forma ágil, colaborando no atendimento da missão institucional deste Ministério.

3.1.2. Em face da missão atribuída ao Ministério da Educação, órgão da administração federal direta, no tocante às políticas públicas de educação por meio da promoção de ensino de qualidade para o País, a contratação dos serviços de TV por assinatura, visa assegurar o acompanhamento e o monitoramento de noticiários diuturnamente, pelos canais de televisão elencados, das notícias que envolvem o cenário social mundial, bem como das relacionadas à educação e demais políticas nas mais diversas situações.

3.1.3. Nesse sentido, a contratação ora proposta, objetiva tornar possível o monitoramento constante de notícias de interesse nacional e internacional e, principalmente, daquelas que dizem respeito às competências regimentais desta Pasta, além de auxiliar nas tomadas de decisões pelo MEC, de modo que facilite a gestão institucional conferida às Unidades envolvidas nesta contratação.

3.2. **Referência aos instrumentos de planejamento do órgão**

3.2.1. Os serviços a serem contratados constam do Plano Anual de Contratações do MEC (SEI nº 1633713).

3.3. **Requisitos da contratação**

3.3.1. A empresa a ser contratada deverá disponibilizar suporte técnico “on-site” (presencial) deverá ser prestado, às expensas da CONTRATADA, por profissional técnico da empresa capacitado para o devido fim, encaminhado pela mesma com vistas a solucionar os problemas técnicos identificados, e, desta forma, restabelecer a plena execução dos serviços.

3.3.2. Durante toda a vigência do CONTRATO, deverá a CONTRATADA solucionar as reclamações e responder aos pedidos de esclarecimento ou informações no prazo máximo de 48 horas, a contar de seu recebimento.

3.3.3. Os serviços de manutenção ou de assistência técnica aos equipamentos de recepção, e, quando necessário, suas substituições, serão prestadas pela CONTRATADA no prazo de até 05 (cinco) dias da notificação, sem qualquer custo adicional a CONTRATANTE.

3.3.4. Havendo a necessidade de substituição, conforme previsto acima, por motivo de defeito técnico ou vício de qualidade no equipamento, deverá ser fornecido outro, novo e em perfeitas condições de uso, para garantir a continuidade dos serviços.

3.3.5. Quando solicitado pela CONTRATANTE, durante a vigência do CONTRATO, caberá a CONTRATADA realizar remanejamento de ponto de recepção instalado, às suas expensas.

3.3.6. Os serviços de instalação, às expensas da CONTRATADA, deverão obedecer às normas técnicas vigentes de segurança e de medicina do trabalho, utilizando-se de profissionais técnicos capacitados e com os equipamentos e ferramentas de uso e proteção adequadas.

3.3.7. A transmissão do sinal de TV por assinatura deverá estar disponível, 24h por dia durante toda a vigência contratual, salvo as interrupções técnicas necessárias para a manutenção de equipamentos ou da rede de comunicação, conforme previsto nas normas de telecomunicações.

3.3.8. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades, promovendo sua substituição quando necessário;

3.3.9. Empréstimos, em regime de comodato, de decodificadores e controles remotos, com o fornecimento de todos os materiais necessários ao seu perfeito funcionamento, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos serviços e equipamentos.

3.4. **Natureza Continuada dos Serviços**

3.4.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na definição de **comuns** conforme disposto no art. 1º, da Lei 10.520/02 podendo ser adotada a licitação na modalidade de pregão, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos.

3.4.2. Os serviços referenciados, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de **serviços comuns**, conforme definido no § 1º do Art. 2º, do Decreto nº 5.450/2005, haja vista os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de sua prestação, que são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, além de oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, podendo ser licitado por meio do Pregão Eletrônico, devendo o certame atender ao que preceitua o do Art. 4º, do Decreto nº 5.450/2005.

3.4.3. O contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

3.5. **Crítérios e práticas de sustentabilidade:**

3.5.1. Os serviços serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01 SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

3.5.2. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, a Lei nº 12.187/2009 e art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Decreto nº 7746/2012:

Constituição Federal/1988:

“Art. 170: A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”.

Lei nº 8.666/93:

“Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da

igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

Lei nº 12.187/2009:

“Art. 6º - São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima: XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos”.

Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG:

“Art. 6: Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; (Grifamos).

VI - Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de três de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. “O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente”.

3.5.3. A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante do Termo de Referência.

3.5.4. Tal exigência visa atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como estabelecer que a licitante deva implementar ações ambientais por meio de treinamento de seus empregados, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente nas obrigações da CONTRATADA, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

3.5.5. Segue abaixo algumas ações a serem adotadas pela licitante vencedora como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e também nas atividades empresariais:

3.5.5.1. A otimização de recursos materiais;

3.5.5.2. A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;

3.5.5.3. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

3.5.5.4. Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente;

3.5.5.5. Responsabilizar-se pelo preenchimento do "Formulário de Ocorrências para Manutenção, a ser fornecido pela CONTRATANTE, a fim de informar prováveis e reais ocorrências”. Exemplo de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas são: vazamentos nas torneiras ou nos lavatórios; lâmpadas

queimadas ou piscando; fios desencapados; janelas, fechaduras ou vidros quebrados; aparelhos eletrônicos ligados e que estejam em desuso, entre outras;

3.5.5.6. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

3.5.5.7. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;

3.5.5.8. Instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos adotado por este Ministério em especial aos recipientes adequados para a coleta seletiva disponibilizada nas dependências conforme classificação:

AZUL: papel/papelão;

VERMELHO: plástico;

VERDE: vidro;

AMARELO: metal;

PRETO: madeira;

LARANJA: resíduos perigosos;

BRANCO: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde;

ROXO: resíduos radioativos;

MARROM: resíduos orgânicos;

CINZA: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.

(Resolução nº 275, de 25 de abril de 2001 - Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA).

Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012:

Art. 4º, São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I - Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II - Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III - Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV - Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V - Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais, e;

VII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Lei nº 12.305/10, de 2 de agosto de 2010:

Art. 6º, São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - A prevenção e a precaução;

II - O poluidor-pagador e o protetor-recebedor;

III - A visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambientais, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;

IV - O desenvolvimento sustentável;

V - A ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;

VI - A cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII - A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII - O reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho, renda e promotor de cidadania;

IX - O respeito às diversidades locais e regionais;

X - O direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - A razoabilidade e a proporcionalidade.

3.6. Duração do Contrato

3.6.1. O contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitando até 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

3.7. Transição contratual

3.7.1. Não se aplica

3.8. Soluções de Mercado

3.8.1. Em pesquisas realizadas, foram identificados as seguintes contratações similares:

3.8.1.1. Superior Tribunal de Justiça — contrato n° 64/2016;

3.8.1.2. Ministério da Defesa — contrato n° 03/2017, 2.º termo aditivo;

3.8.1.3. Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT - Contrato n.º 009/2017 - 3.º Termo Aditivo.

3.9. Estimativas das quantidades

3.9.1. Conforme quadro demonstrativo abaixo:

SERVIÇO CANAIS DE TV POR ASSINATURA	UNIDADE/LOCAIS DE INSTALAÇÃO (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)	QUANTIDADE DE PONTOS
PACOTE BÁSICO DIGITAL: TV CÂMARA, TV SENADO, TV JUSTIÇA, GLOBO NEWS, RECORD NEWS, BAND NEWS, TV BLOOMBERG, NBR e TV BRASIL, CNN, BBC, CANAL FUTURA.	Gabinete do Ministro de Estado da Educação	3
	Gabinete da Secretaria-Executiva	2
	Gabinete da Secretaria-Executiva Adjunta	1
	Gabinete da Subsecretaria de Assuntos Administrativos	1
	Gabinete da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento;	1
	Gabinete da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	1
	Gabinete da Secretaria de Educação Básica	1
	Gabinete da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica	1

	Gabinete da Secretaria de Educação Superior	1
	Gabinete da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior	1
	Gabinete da Secretaria de Alfabetização	1
	Gabinete da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação	1
	TOTAL DE PONTOS	15
A quantidade de pontos foi definida conforme a estrutura estabelecida no Decreto 10.195/2019		

3.10. Estimativa de preços

3.10.1. Para a consecução da pesquisa de preços, o MEC adotou o parâmetro definido no inciso I, do art. 2.º combinado com o inciso IV da IN/MPOG n.º 5/2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

Da pesquisa realizada com possíveis fornecedores, identificou-se 05 (cinco) contratos de prestação dos serviços com a União e serão acostadas ao presente processo (Planilha SEI 2150333).

MAPA DE PREÇOS												
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO PONTO					MENOR PREÇO	MÉDIA	MEDIANA	VALOR MENSAL
				MD	EXERCITO 69/2020	ANTT	VALE SAT	J & M				
1	Serviços de acesso a sinal de TV digital por assinatura para os seguintes canais: TV CÂMARA, TV SENADO, TV JUSTIÇA, GLOBO NEWS, RECORD NEWS, BAND NEWS, TV BLOOMBERG, NBR e TV BRASIL, CNN, BBC, CANAL FUTURA	Ponto de Acesso	15	R\$ 175,00	R\$ 481,60	R\$ 106,75	R\$ 380,00	R\$ 380,00	R\$ 106,75	R\$ 304,67	R\$ 380,00	R\$ 4.570,05
TOTAL ANUAL ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO (=Valor Unitário*QTD*12)									R\$19.215,00	R\$54.840,60	R\$68.400,00	

3.10.2. De posse dessas pesquisas realizadas no sítio web de compras governamentais, concebeu-se o MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS norteadores do preço unitário estimado mensal é de **R\$ 4.570,05 (quatro mil quinhentos e setenta reais e cinco centavos)**. Perfazendo o valor total anual de **R\$ 54.840,60 (cinquenta e quatro mil oitocentos e quarenta reais e sessenta centavos)**, conforme demonstrados na tabela abaixo:

Preço Unitário Ponto	Quantidade de Pontos	Valor Mensal	Valor Anual
R\$ 304,67	15	R\$ 4.570,05	R\$ 54.840,60

3.10.3. Foi utilizada como parâmetro de balizamento dos preços a média porque as propostas encontradas da prestação dos serviços a serem contratados apresentaram uma variação entre as mesmas e, para não correremos o risco de uma licitação deserta, optamos por fazer a média dos valores.

3.11. Descrição da solução como um todo

3.11.1. A contratação que se pretende realizar consiste na disponibilidade de sinais de TV por assinatura: pacote básico com sinal digital, fornecimento de equipamento em comodato, com instalação, suporte e assistência técnica, para atender às necessidades do Ministério da Educação em Brasília — DF.

3.12. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

3.12.1. Em função do grau de interação, uma vez que o suporte técnico é um serviço vinculado a disponibilização do sinal de TV por assinatura, é técnica e economicamente inviável o parcelamento do objeto.

3.13. Demonstrativos dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.

3.13.1. Garantir ao MEC disponibilidade e o acesso às informações divulgadas na imprensa televisiva de canal fechado e aberto, com conteúdos de interesse nacional e internacional, os quais devem ser constantemente acompanhados e divulgados de forma ágil, colaborando no atendimento da missão institucional deste Ministério.

3.14. Providências para a adequação do ambiente do órgão

3.14.1. Não será necessária qualquer adequação do ambiente do MEC para a prestação dos serviços. A disponibilidade dos equipamentos a serem concedidos não impacta em qualquer interação modificativa com a infraestrutura atual do MEC.

4. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. Ante todas as informações apresentadas ao longo desse Estudo Técnico, com relevância na necessidade da contratação, a equipe de Planejamento, declara que a contratação pretendida técnica e economicamente viável.

4.2. O presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designados pelo Despacho nº 12 (Doc. SEI nº 1885698).

5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. Para realização das atividades de gestão e fiscalização da execução contratual, que são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto, sugerimos a designação dos servidores a seguir:

5.1.1. Gestão da Execução do Contrato:

- Titular;
- Substituto.

5.1.2. Fiscalização Técnica:

- Titular;
- Substituto.

5.1.3. Fiscalização Setorial:

- 1 (um) representante por Unidade que utiliza o serviço.

5.1.4. Fiscal Administrativo

6. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Integram a Equipe de Planejamento da Contratação os seguintes servidores públicos:

- Maria da Conceição Campos da Silva, matrícula SIAPE n.º 3159135;
- Luis Fernando Bertol, matrícula SIAPE n.º 1549011;
- Virgílio Ernesto Martins do Nascimento, matrícula SIAPE n.º 46954.



Documento assinado eletronicamente por **Virgilio Ernesto Martins do Nascimento, Servidor(a)**, em 21/08/2020, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Da Conceicao Campos Da Silva, Servidor(a)**, em 21/08/2020, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Bertol, Servidor(a)**, em 27/08/2020, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2208335** e o código CRC **69047FFF**.